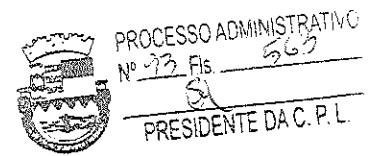


# **Câmara Municipal de Nova Friburgo**

Estado do Rio de Janeiro



**Concorrência nº001/2019**

**Resposta ao recurso da licitante NOVIDADE TV LTDA.**

**Em relação à habilitação da licitante G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS:**

**Questionamento acerca da invalidade e ineficácia das declarações:**

O processo administrativo nº093/2018, aberto em 10/12/2018 por solicitação do Ilmo. Sr. Roberto Sebastião Torres, Secretário Geral da Câmara Municipal de Nova Friburgo, foi iniciado na modalidade Tomada de Preços.

A publicação dos avisos da Tomada de Preços nº001/2019 foi realizada no site [www.novafriburgo.rj.leg.br](http://www.novafriburgo.rj.leg.br), no Jornal A Voz da Serra, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Expresso, no dia 16/01/2019, sendo a data marcada para o certame o dia 30/01/2019, conforme fls. 93-97 do referido Processo.

Tendo sido verificado um erro no cálculo das parcelas mensais estimadas do serviço, houve necessidade de republicação, com abertura de novo prazo e remarcação do certame para 12/02/2019 (fls.98-107).

Em 07/02/2019, a empresa Rio Brasil Participações Ltda EPP entrou com pedido de impugnação ao Edital, ao qual foi negado provimento (fls. 108-119).

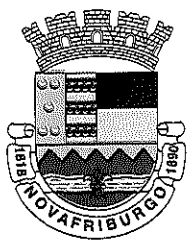
Em 12/02/2019, data marcada para início do certame, a CPL verificou a existência de outro erro no valor estimado do contrato e nas quantidades estimadas de informativos e chamadas, constantes no Termo de Referência. Em consequência, foi preciso adiar novamente o certame, para o dia 28/02/2019, para fazer as correções necessárias (fls. 120-126).

No dia 18/02/2019, a empresa Rio Brasil Participações Ltda. EPP impetrou representação no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em relação a possíveis irregularidades no Edital da Tomada de Preços nº001/2019. A Conselheira Substituta Andrea Siqueira Martins, decidiu monocraticamente pelo deferimento de medida cautelar referente ao adiamento do certame até o pronunciamento definitivo da Corte.

Em 21/02/2019 a CPL publicou o adiamento *sine die* do certame, para aguardar a decisão final da corte de contas (fls. 137-140).

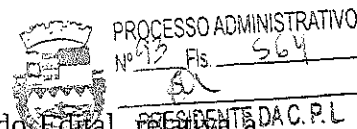
Em 20/03/2019 o Plenário do TCE-RJ expediu comunicado ao Presidente da Câmara determinando:

- A manutenção do adiamento do certame até sua decisão final;
- A necessidade de justificativa acerca da escolha da modalidade de Tomada de Preços, tendo em vista que a renovação do contrato resultaria na exorbitância dos valores limites desta modalidade de licitação;



# **Câmara Municipal de Nova Friburgo**

Estado do Rio de Janeiro



- A exclusão ou justificativa da alínea “f” do item V.01.03 do Edital, relativa a comprovação, para fins de habilitação técnica, de “*contrato de cessão de uso de canal local, cujo sinal alcance o Município de Nova Friburgo, ou, pelo menos, a maioria de seus distritos, em seu nome, vigente durante toda a duração da prestação do serviço aqui licitado*”, por se tratar de regra restritiva;
- O esclarecimento sobre a real necessidade da exigência de apresentação do “*contrato de cessão de uso de canal*” pelos licitantes e em que moldes se dá esta contratação, por se tratar de exigência impeditiva da execução dos serviços objeto do edital;
- Justificativa da obrigatoriedade de realização de visita técnica em detrimento da possibilidade de apresentação de declaração do licitante de que tem conhecimento pleno do objeto, em conformidade com o Enunciado de Súmula nº1 do TCE-RJ;
- Republicação do Edital da Tomada de Preços nº001/2019 no site da Câmara.

Após verificar o atendimento de todos os itens da decisão acima citada, incluindo o envio de cópia do Edital da licitação, já alterada para Concorrência nº001/2019, com todas as correções exigidas pelo TCE-RJ, a Coordenadora de Exame de Editais – CEE do Tribunal sugeriu a revogação da tutela provisória de forma a permitir a continuidade do certame.

Sendo assim, em 07/05/2019 o Conselheiro Substituto Marcelo Verdini Maia, emitiu seu voto determinando a revogação da tutela provisória, possibilitando o prosseguimento da licitação.

Em seguida à notificação deste voto, a CPL publicou o Edital da Concorrência nº 001/2019, marcando o certame para 26/06/2019 (fls. 147-170).

Conclui-se, conforme o exposto, que a Concorrência nº001/2019 faz parte do Processo Administrativo CPL nº093/2018, o mesmo que havia dado início à Tomada de Preços nº001/2019, o que pode ter dado causa ao **erro meramente formal** na expedição das declarações da licitante G.A.C. da Silva Produções Audiovisuais e Pesquisas ME.

## **Questionamento acerca da inexistência do termo de vistoria técnica da concorrência nº001/2019:**

A recorrida apresentou Termo de Visita Técnica às dependências da Câmara Municipal de Nova Friburgo, que foi assinado pelo servidor Emanuel Garcia Barata (fl. 439). O fato de estar escrito, neste Termo, que o mesmo foi emitido para cumprir exigência do Edital da Tomada de Preços nº001/2019 é uma falha meramente formal que pode ser justificada pelas razões acima expostas.

## **Questionamento acerca da ausência do número de série de alguns equipamentos:**

A recorrida apresentou a listagem com todos os equipamentos conforme exigido pelo Edital, incluindo a marca e o modelo de todos eles e o número de série da maioria. A CPL entendeu que, considerando os atestados de capacidade técnica apresentados,



# **Câmara Municipal de Nova Friburgo**

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 77 Fls. 565  
PRESIDENTE DA C. P. L.

sendo um deles da própria Câmara Municipal de Nova Friburgo, e tendo em vista que o objetivo da listagem de equipamentos é a verificação das condições mínimas de cumprimento do objeto que se deseja contratar, a ausência do número de série de alguns equipamentos não seria suficiente para inabilitar a licitante. Ademais, o contrato firmado com esta licitante, em 2017, teve como objeto o mesmo serviço ora licitado, mediante o mesmo Termo de Referência aqui utilizado, tendo sido o serviço executado em conformidade com o contratado, como declarado pelos gestores do contrato (fl. 399).

Em suas contrarrazões, a recorrida alegou que alguns equipamentos, pelo uso contínuo, acabaram perdendo a etiqueta de identificação do número de série, o que plausível.

Por outro lado, a verificação da existência dos equipamentos listados será feita pela Comissão que acompanhará os testes realizados em até cinco dias após a conclusão da fase de abertura dos envelopes de propostas de preços. Esta Comissão deverá atestar a existência dos equipamentos listados, caso contrário, o teste será considerado falho e a empresa não poderá ser declarada vencedora do certame. Além disso, tanto a existência quanto o funcionamento dos equipamentos listados deverá ser permanentemente verificada pela Comissão de Gestores do contrato firmado com a empresa vencedora, para fins de continuidade do serviço e pagamento mensal. Não seria correto, portanto, tirar da disputa uma concorrente pela mera falta da etiqueta de número de série em alguns equipamentos (não todos).

Sendo assim, a Comissão considera que a ausência do número de série de alguns dos equipamentos listados não é motivo suficiente para inabilitação da licitante, ainda mais quando, através de outros meios, foi possível constatar que a recorrida possui os equipamentos exigidos.

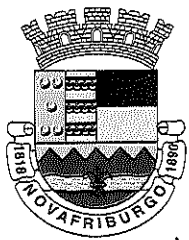
## **Questionamento acerca do atestado de capacidade técnica:**

A recorrente afirma que o documento emitido pelos gestores do Contrato da TV CÂMARA, Srs. Emanuel Garcia Barata e Marcos Antonio Silva Miranda não pode ser considerado válido devido à ausência do registro da empresa na ANCINE.

Esta é uma questão de execução contratual que não pode ser levantada na fase de habilitação desta licitação.

O registro da licitante na ANCINE não consta dentre os documentos exigidos na fase de habilitação, portanto não pode ser requisitado pela CPL.

A declaração emitida pelos servidores Marcos Antonio Silva Miranda e Emanuel Garcia Barata (fl. 399) faz referência à execução do Contrato nº020/2017, o que, se não está explícito no documento, depreende-se do fato de ter sido o único contrato realizado entre a Câmara Municipal de Nova Friburgo e a empresa G.A.C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS – ME. O Termo de Referência daquele contrato é o mesmo utilizado no Edital da Concorrência nº001/2019. Sendo assim, se dois servidores desta Casa Legislativa informaram em documento datado, assinado e carimbado, que, enquanto gestores do referido contrato, consideraram o



# **Câmara Municipal de Nova Friburgo**

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 92 Fls. 566  
PRESIDENTE DA C. P. L.

serviço prestado com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, é lógico concluir que este atestado comprova que a licitante possui experiência e capacidade técnica na execução de todos os serviços exigidos no presente Edital.

## **Questionamento acerca da não apresentação do jornalista previsto no anexo I do Termo de Referência:**

O Edital da Concorrência nº001/2019 exige, no Anexo III – Modelo de Quadro de Profissionais (fl. 197) “1 (um) jornalista registrado, com experiência em Direção de TV, incluindo programas de entrevistas e reportagens”.

A recorrida apresentou, em seu quadro de profissionais (fl. 401), o jornalista Denys F. V. Bitterncourt cujo certificado de qualificação técnica e experiência profissional (fl. 409) informa que possui qualificação técnica e experiência na função de jornalista, apresentador e diretor de TV, quanto a transmissão e produção de conteúdo para TV e internet, como o trabalho realizado na Câmara Municipal de Nova Friburgo no ano de 2018.

Sendo assim, a CPL entende que as funções descritas nos referidos documentos não deixam de fora nenhuma das exigências do Termo de Referência.

## **Questionamento acerca da não apresentação de 2 tradutoras-intérpretes de LIBRAS:**

O Anexo III do Edital da Concorrência nº001/2019 (fl. 197) exige apenas 1 (um) intérprete de LIBRAS. Caso haja necessidade de inclusão de mais um intérprete para cumprir normas legais, tal fato deverá ser tratado durante a execução contratual.

A CPL deve restringir-se a cumprir as exigências do Edital.

## **Em relação à habilitação da licitante MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA.**

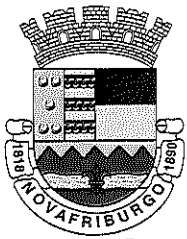
### **Questionamento acerca da não apresentação da cópia autenticada do contrato social:**

A recorrida apresentou a cópia do contrato social registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, emitida através da internet, com certificação digital do arquivamento. Tal cópia não necessita de apresentação do original nem de autenticação em cartório.

### **Questionamento acerca dos atestados de capacidade técnica:**

A recorrente afirma que o documento emitido pelos gestores do Contrato da TV CÂMARA, Srs. Emanuel Garcia Barata e Marcos Antonio Silva Miranda não pode ser considerado válido devido à ausência do registro da empresa na ANCINE.

Esta é uma questão de execução contratual que não pode ser levantada na fase de habilitação desta licitação.



# **Câmara Municipal de Nova Friburgo**

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 92 Fls. 567  
PRESIDENTE DA C. P. L.

O registro da licitante na ANCINE não consta dentre os documentos exigidos na fase de habilitação, portanto não pode ser requisitado pela CPL.

## **Questionamento acerca da não apresentação do jornalista previsto no anexo I do Termo de Referência:**

O Edital da Concorrência nº001/2019 exige, no Anexo III – Modelo de Quadro de Profissionais (fl. 197) “1 (um) jornalista registrado, com experiência em Direção de TV, incluindo programas de entrevistas e reportagens”.

A recorrida apresentou, em seu quadro de profissionais (fl. 325), os jornalistas Paula de Carvalho Winter e Rodrigo Mattos Panaro Dias. O atestado de qualificação técnica da Sra. Paula de Carvalho Winter (fl. 331) afirma que a mesma possui as qualificações técnicas necessárias à função de jornalista, executando o trabalho de repórter, apresentadora de telejornal e de programa de entrevistas e diretora de TV, dirigindo toda a equipa do programa ZOOMTV Jornal. Na fl. 332, há ainda a cópia do cartão de registro profissional da mesma na função de jornalista. O atestado de qualificação técnica e experiência profissional do Sr. Rodrigo Mattos Panaro Dias (f. 333) informa que ele possui as qualificações técnicas necessárias à função de diretor de TV, executando o trabalho de diretor de programas, diretor de TV e jornalista, gerenciando processos de produção da emissora há 8 anos.

Sendo assim, a CPL entende que as funções descritas nos referidos documentos não deixam de fora nenhuma das exigências do Termo de Referência.

## **Questionamento acerca da não apresentação de 2 tradutoras-intérpretes de LIBRAS:**

O Anexo III do Edital da Concorrência nº001/2019 (fl. 197) exige apenas 1 (um) intérprete de LIBRAS. Caso haja necessidade de inclusão de mais um intérprete para cumprir normas legais, tal fato deverá ser tratado durante a execução contratual.

A CPL deve restringir-se a cumprir as exigências do Edital.

Em razão de todos os esclarecimentos acima, a Comissão Permanente de Licitações nega provimento ao recurso da empresa **NOVIDADE TV LTDA.**

Encaminhamos o processo ao Exmo. Sr. Alexandre Cruz, Presidente, para análise e parecer.

Nova Friburgo, 16 de setembro de 2019

  
Silvia Zveiter de Albuquerque Rocha

Presidente da Comissão Permanente de Licitações